



O Ensino de Matemática entre 1885 e 1929 no Colégio Salesiano Liceu Coração de Jesus: “bons cristãos, honestos cidadãos”

The Teaching of Mathematics between 1885 and 1929 at the Salesian College Liceu Coração de Jesus: “good Christians, honest citizens “

Andréia Dalcin¹

Resumo

O objetivo deste artigo é contribuir com a história da Educação Matemática no Brasil, tendo como objeto de investigação a instituição salesiana Liceu Coração de Jesus de São Paulo, de suas origens até 1929. As práticas educativas salesianas, o modo de ensinar Matemática, os livros didáticos produzidos e os objetivos da Matemática na relação com a máxima “formar bons cristãos e honestos cidadãos”, contribuíram para a formação de gerações de jovens, dentre os quais alguns professores de Matemática. A investigação realizada verificou o movimento de um ensino essencialmente profissionalizante para um ensino propedêutico, fruto das reformas educacionais da época e das relações socioeconômico-culturais entre Estado, Igreja e Sociedade. Do cruzamento de fontes impressas e iconográficas buscou-se construir uma história que recrie essa realidade não vivida, mas cujas marcas se fazem presentes até os dias de hoje.

Palavras-Chave: Ensino de Matemática. Educação. Salesianos. História da Educação Matemática.

Abstract

The objective of this article is to contribute to the History of Mathematical Education in Brazil, with the object of inquiry being the Salesian institution Liceu Coração de Jesus of

¹ Doutora em Educação Matemática pela FE/UNICAMP. Professora Adjunto I da UFMT, ICET/ Departamento de Matemática e IE/Programa de Pós Graduação em Educação, linha de Educação em Ciências e Matemática. Endereço para correspondência: Rua NOVE, nº273 casa 15, Bairro Recanto dos Pássaros, Cuiabá CEP 78075290, MT. deiadalcin@gmail.com

São Paulo, from its origins until 1929. Salesian educational practices, the way of teaching mathematics, the text books produced, and the objectives of the mathematics in the relation to the principle of “forming good Christians and honest citizens”, contributed to the education of generations of youth, including mathematics teachers. The study verified the movement of a school primarily for vocational education toward a more introductory education, fruit of the educational reforms of the time and socio-economic relations, cultural relations between the State, Church and Society. Through the combined use of printed and iconographic sources, we sought to construct a story that recreates this non-lived reality, but whose marks are present to this day.

Keywords: Teaching Mathematics. Education. Salesians. History of Mathematics Education.

Introdução

O presente artigo sintetiza algumas das reflexões apresentadas na tese **Cotidiano e práticas salesianas no ensino de Matemática entre 1885 e 1929 no colégio Liceu Coração de Jesus de São Paulo: construindo uma história**². Buscou-se, por meio da investigação das práticas educativas desenvolvidas no interior de uma instituição escolar, contribuir com um movimento mais amplo, que possibilite compreender os caminhos pelos quais a Educação Matemática vem se desenvolvendo no país, sob uma perspectiva histórica. É bom lembrar que entendemos a História da Educação Matemática compreendida

(...) não unicamente como produto, isto é, como um conjunto cumulativo de ideias ou resultados ou ainda como historiografia. Desse modo, inclui-se nesse campo de investigação todo estudo de natureza histórica que investiga, diacrônica ou sincronicamente, a atividade matemática na história, exclusivamente em suas manifestações em práticas pedagógicas de circulação, apropriação e re-significação do conhecimento matemático e em práticas sociais de investigação em educação matemática. (MIGUEL; MIORIM, 2002, p.186).

Diante disso, refletir sobre a trajetória de instituições como o Liceu Coração de Jesus torna-se relevante sob diferentes aspectos: enfatiza-se o

² Tese defendida em junho de 2008, orientada pela professora Dra. Maria Ângela Miorim na Faculdade de Educação da UNICAMP.

fato de ser uma instituição católica que se destaca no cenário paulistano e brasileiro do início do século XX, e a relação entre o ensino de Matemática e a Igreja no Brasil carece de maiores investigações, pois existem várias lacunas, momentos obscuros, nomes e idéias que se perderam pela falta e extravio de registros, ou ausência de análise. Alguns discursos tratam todas as Ordens ou Congregações religiosas católicas como iguais, seja quanto aos objetivos ou quanto aos meios, o que é um equívoco. As Ordens religiosas diferenciam-se pelas estratégias, focos de interesse e de preocupações, e ainda com relação a alguns pressupostos morais e filosóficos; no entanto, todas se aproximam quanto ao objetivo de evangelizar, propagar e legitimar o cristianismo e a Igreja Católica Apostólica Romana. É bom lembrar ainda que a Igreja, no período focalizado por essa investigação (1885-1929), vivencia um momento delicado de transição, de perda de privilégios políticos e de adaptações frente à modernidade.

A Ordem Salesiana, também conhecida como “salesianos de Dom Bosco”, chega ao Brasil no final do século XIX com o apoio de D. Pedro II. A primeira escola, o Colégio Santa Rosa, é inaugurada em 1883, no Rio de Janeiro. Em seguida, é fundado o Liceu Coração de Jesus, anexo à Igreja do Sagrado Coração, no bairro Campos Elíseos, em São Paulo. O Liceu Coração de Jesus, bem como as outras instituições salesianas, iniciou suas atividades por meio do Oratório Festivo³ e logo em seguida, paralelamente, desenvolveram-se o internato, as oficinas profissionais, as escolas noturnas e dominicais.

Trafegamos ao longo desta pesquisa por um período histórico de mudanças sociais, culturais e políticas significativas. O seu início é o da transição do regime monárquico para o republicano; o seu final, 1929, é o ano da crise econômica gerada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, mesmo ano em que, na Itália, assina-se o *Tratado de Latrão*, que criará o Estado do Vaticano. Período de instabilidade social mundial e que no Brasil, no campo educacional, antecede a Reforma Francisco Campos e o governo Vargas.

³ O oratório festivo é uma prática salesiana criada por Dom Bosco em Turim na Itália. Aos domingos e dias santos, as escolas salesianas abrem as portas para as crianças da vizinhança com o objetivo de desenvolver atividades recreativas, desportivas e religiosas, uma estratégia de aproximação e acolhida, visando um tipo de assistencialismo e “prevenção” das ideias liberais. Tal prática permanece até os dias de hoje.

Muitos interesses estavam em jogo e favoreceram a instalação da congregação salesiana no Brasil. A Cúria Romana, interessada em conter a expansão protestante e promover a reforma católica; a Coroa Brasileira e, posteriormente os republicanos, envoltos com o processo “civilizatório” e com a manutenção de uma classe dirigente; os bispos romanizados brasileiros buscando impor o projeto da Santa Sé. Para Dom Bosco e seus seguidores, a vinda para o Brasil representava a expansão de suas obras pela América Latina e a implantação do projeto da Santa Sé.

É nesse cenário, dos primeiros anos do Liceu Salesiano do Sagrado Coração de Jesus de São Paulo, que convidamos o leitor a entrar e direcionar o olhar para o ensino de Matemática, que aparece inserido em uma realidade complexa e diversa: a das práticas escolares salesianas que constituem o “estilo salesiano de ensinar”. As práticas escolares estão sendo entendidas a partir da concepção de prática de Certeau (1994), como um conjunto de operações e “modos de fazer”.

Os salesianos trouxeram práticas da rotina das escolas italianas, mas no contato com a cultura local incorporaram outras e adaptaram novas, que foram surgindo com a modernidade. Dentre essas práticas enfatizamos: o Oratório Festivo, as festas, o teatro educativo, a música e o canto educativo, os passeios, desfiles e excursões, as premiações, as atividades físicas e o “boa noite”⁴. A vigilância, entendida pelos salesianos como *presença*, que tinha o objetivo de “pôr os alunos na impossibilidade de cometer faltas”, era um elemento central dessas práticas. Eram práticas vigiadas.

Muitas dessas práticas desenvolvidas no Liceu Coração de Jesus foram registradas por meio dos anuários da escola, fotografias, livros de crônicas, cartas e notícias em jornais da época. Tais documentos, bem como programas de ensino, boletins de alunos, atas de reuniões de professores, artigos da Revista Santa Cruz (publicação da gráfica salesiana), dentre outros, constituíram-se em fontes para o desenvolvimento da pesquisa que, devido à complexidade das análises, exigiu uma interdisciplinaridade de teorias e de métodos.

⁴ Prática criada por Dom Bosco que, após a oração da noite no Oratório de Turim, fazia uma rápida alocação de cinco minutos na forma de história, conselho ou mensagem que propiciasse um momento de reflexão retomando algum fato ocorrido ao longo do dia ou com a intenção de reforçar alguma norma do regulamento da casa.

A busca por um referencial teórico e metodológico desencadeou um processo reflexivo e flexível, no sentido de ser necessário trafegar por diferentes áreas do conhecimento: Matemática, Educação, História, Sociologia, Antropologia, Filosofia..., e mesmo dentro de uma determinada área, como a História, articular elementos de diferentes tendências. Buscou-se o aporte teórico de diferentes autores, dentre os quais destaca-se Michel de Certeau e suas concepções de História, historiador, prática e cotidiano. Dominique Juliá e André Chervel contribuíram para a compreensão da “cultura escolar”; Roger Chartier, Anne-Marie Chartier, Marco Antônio Pratta e Riolando Azzi auxiliaram particularmente no entendimento da relação entre Igreja e Educação; Peter Burke forneceu, entre outros, subsídios para o tratamento metodológico das imagens iconográficas como fontes históricas; em Justino Magalhães buscaram-se elementos sobre o campo de investigação de História das Instituições.

O ensino de Matemática: de aprendizes e estudantes

A projeção do ensino da Matemática no universo da escola salesiana Liceu Coração de Jesus é inquestionável, e foi possível identificar dois momentos que se cruzam e caracterizam tal ensino na instituição ao longo do período estudado.

O primeiro momento é marcado pela predominância do ensino profissional sobre o primário e secundário. Os alunos que cursavam os cursos profissionalizantes eram chamados de “aprendizes”. O ensino da Matemática é entendido como necessário para os “aprendizes” e ensina-se o que de fato será aplicado no exercício do ofício. O documento *Estatutos e programas de ensino do Lyceu do Sagrado Coração: artes - officios – commercio*, escrito **pelo Pe Dionísio Giudici** em 1908, aponta como condição necessária para o ingresso nos cursos profissionalizantes que os alunos dominem ferramentais básicos de cálculo das operações fundamentais da aritmética. Tal documento, assim como os demais programas de ensino analisados, apresenta a constante preocupação por desvincular prática e teoria, principalmente nos cursos profissionalizantes; a organização dos cursos em

dois eixos distintos: teórico (literário) e prático (técnico) reforça essa ideia. Na prática, nas oficinas são usadas técnicas de cálculo aplicadas a situações reais, próprias de cada ofício, e nas aulas teóricas, a Matemática predominante é a axiomática. Tal distinção é evidenciada por meio dos programas de ensino analisados e livros didáticos adotados.

O segundo momento, que não implica o término do primeiro para se iniciar, ou seja, trata-se de um processo lento e sobreposto, configura-se com a ascensão do ensino secundário que conquista espaço privilegiado no Liceu Coração de Jesus. O ensino de Matemática, nesse contexto, assume um caráter menos aplicado e mais generalista, atendendo a uma exigência implícita dos *exames de preparatórios*, produto das reformas educacionais da época. Os alunos que frequentavam tais cursos eram denominados “estudantes”.

Os espaços das oficinas, onde os alunos “aprendizes” desenvolviam aulas práticas dos ofícios de marcenaria, carpintaria, tipografia, mecânica, encadernação, gráfica, dentre outros, eram espaços de aprendizagem de regras, modos de fazer e pensar o mundo e o trabalho. O trabalho é entendido por Dom Bosco como um dever e uma necessidade humana; resume-se ao “cumprimento dos deveres do próprio estado, quer seja o estudo quer seja uma arte ou ofício” (BOSCO, 1888, p.10). Pelo trabalho se chega à salvação da alma, desde que se ofereçam a Deus as ocupações cotidianas. Pelo trabalho o homem se redime de seus pecados, a exemplo de Adão; além disso, “não merece comer quem não trabalha” (BOSCO, 1888, p.10). O trabalho, nessa concepção, aproxima o homem de Deus, principalmente se acompanhado de orações e silêncio.

As fotografias⁵ desses espaços registraram algumas das dinâmicas das oficinas. Essas fotografias, que datam dos primeiros anos do século XX, mostram a presença simultânea de meninos, adolescentes e adultos. Os espaços têm dimensões variadas, embora todos pareçam amplos para as atividades que neles são desenvolvidas; percebe-se uma logística na distribuição das máquinas e do trabalho. Tarefas são definidas e categorizadas, levando-se em conta a idade dos meninos: o manuseio de máquinas mais sofisticadas fica na

⁵ Estão disponíveis no acervo da Inspeção Salesiana de São Paulo dezenas de fotografias que registram o cotidiano das oficinas, dos diferentes espaços da escola, eventos e salas de aula. Dentre as fotos das oficinas foram selecionadas nove para compor o texto da tese na qual este artigo se baseia.

mão dos maiores, enquanto os menores parecem executar tarefas de menos complexidade, que envolvam classificação e organização de objetos. O número de pessoas nesses espaços também é pequeno. Não foi possível identificar se haveria algum tipo de rodízio de trabalho entre os alunos de uma mesma turma ou se, de fato, as turmas eram pequenas, uma vez que não foi localizado qualquer registro sobre a quantidade de alunos por turma nesse momento histórico inicial. É interessante observar que dentre cerca de 30 fotografias de oficinas analisadas, o fotógrafo (mais provavelmente fotógrafos), cuja autoria não consta nos documentos, procura se colocar em uma posição privilegiada que enquadre o espaço da forma mais ampla possível. Busca a luz que entra pelas janelas e serve tanto de iluminação necessária para a prática da fotografia como de estratégia que valoriza a arquitetura do espaço em si, na maioria dos casos relativamente limpo e arejado, condições que passam a ser uma exigência dos primeiros anos do século XX como medida profilática. Como exemplo de tais fotografias observemos a Figura 1, Oficina Mecânica, produzida entre 1910 e 1920.



Figura 1 - Fotografia Oficina Mecânica

Fonte: Arquivo Histórico ISSP⁶, [19??]

⁶ ISSP – Inspetoria Salesiana de São Paulo

A fotografia apresenta um espaço amplo, porém pouco iluminado; as janelas menores escurecem o ambiente. Chão e teto dão a entender que se trata de algum tipo de sótão ou galpão onde se localizaria a oficina mecânica. Provavelmente essa oficina ficava no prédio mais antigo do Liceu. Podemos inferir que o trabalho mecânico incluía o conserto de bicicletas. A análise das fotografias nos traz evidências que nesse espaço, oficina mecânica, encontramos maior quantidade de meninos negros; as fotografias, por serem testemunhas oculares, revelam o não dito nos textos oficiais.

É bom lembrar que em 1886 teriam se iniciado as oficinas profissionalizantes, o ensino primário e secundário no Liceu Coração de Jesus. Particularmente as oficinas foram bem aceitas pela comunidade paulista e principalmente pela corte, de modo especial, representada pelo Conde d’Eu, que visitou o Liceu algumas vezes (15 de novembro de 1886; 25 de abril de 1889...), e pela Princesa Isabel. O trabalho de cunho formador e assistencialista vinha ao encontro dos interesses do governo monárquico, que via crescer consideravelmente a quantidade de desvalidos⁷ e ingênuos.⁸

Na tentativa de minimizar os “problemas sociais emergentes”, que abarcavam a pressão para a abolição da escravatura, a grande quantidade de crianças e jovens órfãos, “desvalidos” e “ingênuos” provenientes da Lei do Ventre Livre (1871), bem como o movimento de imigração que se intensificava, o governo imperial incentivava “as iniciativas voltadas para o ensino de ofícios, apoiado por ideologias” que viam nessas escolas a possibilidade de maior controle sobre os trabalhadores livres. A escola seria um local que motivaria para o trabalho.

Evitaria o desenvolvimento de ideias contrárias à ordem vigente. Propiciaria a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira. Além de favorecer os próprios trabalhadores, que passariam a receber salários mais elevados (CUNHA, 2000, p. 4).

⁷ Eram considerados como “desvalidos” os meninos com idade entre 6 e 12 anos que fossem encontrados em tal estado de pobreza que, além da falta de roupa adequada para frequentar as escolas comuns, viviam na mendicância. A criação do “Asilo de Meninos Desvalidos” no Rio de Janeiro, em 1875, foi a primeira ação no sentido de lidar-se com o problema que se agravava.

⁸ Ingênuos era a denominação atribuída aos filhos livres de mulher escrava, ou seja, os meninos e meninas que passaram a nascer após a Lei do Ventre Livre.

Ao final de cada ano, eram organizadas exposições em que os trabalhos produzidos pelos aprendizes eram apresentados ao público. Tal prática, ao mesmo tempo em que abria as portas da instituição, divulgava as oficinas profissionalizantes e servia como meio de arrecadação de dinheiro para a manutenção dos alunos e da instituição. Em uma das fotografias da Exposição de Trabalhos ocorrida em 1897 encontramos vários objetos que teriam sido confeccionados por alunos em oficinas. Entre peças de vestuário, móveis, livros, ao chão, encontra-se um ábaco.

As oficinas profissionalizantes, durante anos, foram uma marca salesiana, porém a partir da década de 1910, o cenário nacional começa a ser modificado. O desenvolvimento industrial e comercial, principalmente no estado de São Paulo, que se torna o parque industrial e comercial mais poderoso do país, a substituição lenta e gradual dos bondes pelos automóveis, a presença do avião e das fábricas criam novas formas de viver e de ser na capital paulista. As ideias anarquistas, o Comunismo, a Primeira Guerra Mundial, os avanços das ciências colocam novas possibilidades de se ver e pensar o mundo.

Na educação brasileira, a Reforma de Carlos Maximiliano⁹, em 1915, reoficializa o ensino no Brasil, controlando de forma rigorosa a equiparação de outros colégios ao Pedro II, restaurando os exames preparatórios para os alunos matriculados em escolas não oficiais e recuperando o caráter propedêutico do ensino secundário. Essas posições acabam reavivando antigas discussões a respeito do laicismo, uma vez que a reforma prescrevia que somente os ginásios mantidos pelo Estado e, portanto, excluindo-se aqueles mantidos por instituições religiosas, poderiam ser equiparados ao Colégio Pedro II, justificando tal ação a partir da Constituição Federal que estabelecia “ser leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos”.

Nesse cenário, o Liceu Coração de Jesus, tendo em vista sua manutenção e fortificação na educação paulista, acaba por efetivar uma sequência de estratégias articuladas, especialmente adotadas pelo então diretor Pe. Henrique Mourão¹⁰ (Diretor de 1915 a 1921) e posteriormente pelos

⁹ Essa Reforma legislava apenas para o nível secundário.

¹⁰ O Pe. Henrique Mourão, posteriormente bispo de Campos e de Cafelândia, era doutor em Filosofia pela Universidade Gregoriana (1897), tendo cursado Ciências e Matemática. Seu espírito empreendedor se fez logo presente ainda no Ginásio São Joaquim, onde encabeçou o movimento para o processo de “equiparação” do colégio e também nas demais instituições salesianas pelas quais passou antes de chegar ao Liceu Coração de Jesus. Ele foi o responsável pela elaboração do programa de ensino do Liceu Coração de Jesus, que vigorou a partir de 1916.

padres Luiz Marcigaglia (1922 a 1927) e José dos Santos (1928 – 1933). Dentre essas estratégias, estava a inclusão de professores leigos em quantidade significativa, mudanças de programas, publicação dos anuários do colégio e o ensino militar, incorporado a partir de 1916. Essas mudanças alteraram significativamente os objetivos e a estrutura didática da instituição, levando a um afastamento, talvez definitivo, dos princípios que a orientavam inicialmente. A mais significativa mudança proposta pelo novo programa, “extraído dos Estatutos do Liceu” (LICEU CORAÇÃO DE JESUS, 1915, p. 25), diz respeito à reintrodução do curso ginásial no rol dos cursos oferecidos pelo Liceu Coração de Jesus: *Preliminar, Profissional, Ginásial e Comercial*. Tais mudanças acabam por iniciar um processo de decadência do ensino profissional e expansão do ensino propedêutico ao longo dos próximos anos.

Outro aspecto relevante, mencionado por Isaú (1976), que teria sido decisivo para a diminuição de cursos profissionalizantes relaciona-se ao fator financeiro. A existência do Internato propiciava apoio econômico e financeiro ao Liceu. O Liceu conseguia manter um grande número de aprendizes, graças ao número considerável de alunos internos. No entanto, o Estado, que até então contribuía com a escola, desde 1909, com o Decreto nº. 1766 do presidente Nilo Peçanha, passa a ampliar o investimento em escolas profissionalizantes estatais, que contavam com maquinário moderno e com pessoal especializado, o que agravou ainda mais a situação das escolas profissionais salesianas, que mantinham “uma administração centralizada, de índole familiar.” (ISAÚ, 1976, p. 165). Diante disso, o investimento no ensino secundário, em detrimento do profissional, garantiria uma renda suficiente para a sobrevivência e desenvolvimento da obra, sem muita dependência de auxílios externos, quase sempre instáveis e insatisfatórios. O quadro docente e administrativo do Liceu parece ter sido também um fator importante no processo de decadência do ensino profissionalizante. A diversidade de cursos e a ampliação da obra salesiana fizeram com que fossem contratados novos professores e mestres de oficina. No entanto, como aponta Isaú (1976), os substitutos nem sempre revelavam o preparo técnico dos antecessores, ou a qualificação necessária. O preconceito generalizado com relação ao ensino profissional, que se intensifica nos anos 1920, bem como a baixa remuneração,

acabam por desmotivar qualquer iniciativa de especialização. “Os próprios mestres de obras matriculavam os filhos, preferentemente, nas escolas secundárias.” (ISAÚ, 1976, p. 168). Os administradores, por sua vez, sempre sacerdotes, “não possuíam mentalidade condizente com o tipo de escola que dirigiam, devido a sua formação acentuadamente clássico-humanista.” (ISAÚ, 1976, p. 168).

Os cursos profissionais foram sendo fechados ou transferidos para a nova casa salesiana no bairro Bom Retiro; permaneceu apenas o curso Comercial, que se diferenciou por ter sido incorporado ao ensino secundário e ter tido uma significativa expansão e aceitação pela sociedade paulistana ao longo dos primeiros anos do século XX. Em 1921, o Curso de Comércio passa a ser oficialmente reconhecido por meio da Lei 1835, de 26 de dezembro, o que permite aos diplomados exercerem cargos de escrituração ou de contabilidade em qualquer repartição pública do estado.

Diante dessa realidade, o ensino de Matemática desenvolvido no Liceu Coração de Jesus entre 1885 e 1929 passa por um momento de transição de um ensino essencialmente pragmático, no sentido de aplicado às necessidades dos cursos profissionalizantes, para um ensino propedêutico, ao longo principalmente da segunda década do século XX.

A expansão do ensino secundário acaba por redirecionar o ensino de Matemática, tanto no que diz respeito aos conteúdos a serem ensinados quanto na quantidade de aulas dessa disciplina. Os *exames preparatórios* e a presença de juntas avaliadoras nas escolas passam a ser preocupações cada vez mais significativas para os dirigentes, professores e alunos do Liceu Coração de Jesus.

Bacharéis, exames preparatórios e bancas examinadoras: o curso secundário em ascensão

Os *exames preparatórios*, que começam a vigorar a partir de 1915 com a Lei Maximiliano, aconteciam ao final do ano no Ginásio do Estado, também conhecido como Ginásio da Capital do Estado de São Paulo, criado em 1894. Esse estabelecimento seria responsável pela elaboração e avaliação

de provas escritas e orais, seguindo os programas oficiais definidos pelo Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, para os que concluíssem o curso ginasial nas escolas de São Paulo. Comporiam as provas os conteúdos das disciplinas: Português, Geografia, Aritmética, Álgebra, Francês, História Universal, História do Brasil, Inglês, Geometria e Trigonometria (um exame só), Latim, Física, Química e História Natural.

A primeira menção sobre a participação de alunos do Liceu Coração de Jesus nos exames preparatórios foi encontrada no anuário de 1917, mas percebe-se que a partir da década de 1920 aumenta significativamente a frequência de comentários sobre o tema, principalmente exaltando a participação dos alunos. O desempenho dos alunos do Liceu Coração de Jesus nos exames preparatórios sempre foi considerado muito bom, de acordo com os textos e dados estatísticos apresentados nos anuários, a exemplo do Anuário de 1923, que traz um artigo do Diretor Pe. Marcigaglia. O Quadro 1, adaptado do Anuário de 1923, dá uma ideia de tal desempenho nas “Matemáticas”.

	Exames realizados	Reprovações	Aprovações	% de aprovações
Aritmética	38	17	21	55
Álgebra	11	-	11	100
Geometria	4	-	4	100

Quadro 1 – Desempenho dos alunos do Liceu nos exames preparatórios de 1922 –

Fonte: Anuário de 1923.

Os *exames preparatórios* continuariam acontecendo até a Reforma de 1925 exclusivamente no Ginásio da Capital do Estado de São Paulo, estando o Liceu sempre representado. Um cuidado especial era dado aos alunos que iriam prestar os exames. Esses alunos, após o encerramento do ano letivo, ficavam hospedados na Chácara dos Salesianos, sem acréscimo de despesas.

[...] na chácara, num regime de meias-férias, num ambiente de família, clima salubérrimo, alimentação sadia, abundante e particularmente esmerada, aulas de repetição diárias de cada uma das matérias de exame, horas de estudo

determinadas em um horário tal que, dando todo tempo necessário ao estudo, permita expansão e recreio, compensadora, com vantagem, desse trabalho – constitui um regimento verdadeiramente ideal (LICEU CORAÇÃO DE JESUS, 1921, p.13).

Em 1925, ano em que o Liceu completava 40 anos, foi criado o grau de Bacharel em Ciências e Letras pelo Liceu Coração de Jesus para os alunos que concluíssem o curso Ginásial Integral, segundo a Lei Rocha Vaz.

Quem concluía os estudos secundários de seis anos recebia o diploma de Bacharel em Ciências e Letras. Quem realizasse apenas os cinco anos de estudos tinha o direito de realizar exames vestibulares para qualquer curso superior, suprimindo exames parcelados de preparatórios (NUNES, 2000, p. 44).

Devido a adequações legais necessárias, a primeira turma de Bacharéis obteve o título ao final do 5º ano de Ginásio, porque não havia o 6º ano, que corresponderia ao novo grau. Na primeira turma de alunos do curso de Bacharelado em Ciências e Letras, cuja formatura aconteceu no dia 6 de dezembro de 1925, encontram-se dois nomes que se tornaram conhecidos no cenário educacional brasileiro: Nicolau D’ Ambrosio, professor de Matemática, e Zeferino Vaz, fundador e Reitor da UNICAMP.

A fotografia apresentada na Figura 2 deixou registrado o grupo de formandos. Na primeira fila estão os padres, com destaque para o padre Dom Henrique Mourão, homenageado na ocasião. Em pé, os professores do curso, e, no canto esquerdo, o grupo de formandos, dentre os quais se encontram Nicolau D’ Ambrosio e Zeferino Vaz. Zeferino, em pé, é o primeiro da direita para a esquerda, da segunda fileira de cima para baixo, e ao seu lado está Nicolau.



Figura 2 - Formandos Bacharel em Ciências e Letras - 1925 –

Fonte: anuário 1925.

Essa formatura representou, para a instituição, a consolidação do curso secundário, que passa definitivamente a ocupar um espaço privilegiado no Liceu Coração de Jesus.

A Reforma Rocha Vaz, além da criação do grau de Bacharel em Ciências e Letras, propôs alterações nos exames parcelados. A partir de 1925 esses exames passaram a ocorrer nas próprias escolas, na presença de uma banca julgadora, que avaliava os exames de promoção ano a ano no curso ginásial. Segundo o Anuário de 1925, a nova lei teria como aspecto positivo a seriação obrigatória e um mínimo de cinco anos para o curso secundário, além da igualdade do preparo para as escolas superiores e supressão de vários fatores complicadores, bem como a rapidez dos exames, que, no regime anterior, comprometiam todo o período das férias. Porém, teria trazido graves inconvenientes como: o aumento das despesas (encarecendo cada vez mais o ensino), a constituição de juntas examinadoras, a impossibilidade de um critério

igual e certo nas diversas juntas, a morosidade na correção das provas escritas, a aprovação ou reprovação por processo mecânico de soma e divisão, em substituição a um verdadeiro julgamento, sem a menor atenção à nota do ano e a outras circunstâncias importantes, etc.

Os anuários de 1925 e 1926 não trazem os nomes dos avaliadores dos exames seriados. A banca de 1927 foi presidida pelo Dr. Cincinnato Ferreira Chave. Em 1928, a banca foi composta pelo Prof. Candido Gomide, Capitão Arthur de Azevedo O'Reilly e Sr. Álvaro Pompéia Filho. Em 1929, a banca foi formada pelo Major Walfrido Souza Reis (presidente), Drs. Jacomo Stávale e Antônio Ildefonso Júnior. Cândido Gomide foi influente atuando como professor de Matemática no Ginásio do Estado da Capital na década de 1920. Jacomo Stávale também se destacava por sua produção didática em Matemática.

A pressão dos exames preparatórios provocou mudanças na rotina dos alunos do Liceu Coração de Jesus. Além disso, de modo geral, percebe-se um aumento significativo na quantidade de horas de aulas de Matemática, principalmente de Álgebra e de Geometria, que praticamente dobrou no final da década de 1920. Como exemplo, no 3º ano do secundário em 1924 aconteceram 93 aulas de álgebra, já em 1927 foram 134 aulas e em 1929, 180 aulas ministradas, segundo os respectivos anuários.

Os professores que atuaram no Liceu Coração de Jesus e suas práticas

Nos primeiros tempos do Liceu Coração de Jesus, os professores eram todos religiosos, padres ou irmãos (coadjutores) salesianos. A formação Matemática desses membros da Congregação Salesiana era aquela obtida em sua formação religiosa: domínio de cálculos básicos de aritmética e de geometria. Alguns desses padres, no entanto, tinham um interesse pessoal pelo estudo das Matemáticas. Um deles, Dom Henrique Mourão, que foi diretor da escola, tinha formação em Ciências e Matemática. Padre Domenico Molfino, conhecido como *Oniflon*, lecionou no Liceu Caligrafia, Desenho, Aritmética e Geografia, quando ainda era leigo. Ele foi o primeiro leigo a lecionar no Liceu, com o conhecimento matemático adquirido em sua formação

na “Escola Técnica Italiana”, concluída em 1885. Foi professor nos cursos de Desenho e Aritmética.

Segundo Isaú (1985), ao findar a primeira década de existência do Liceu Coração de Jesus, a escola contava com o seguinte quadro salesiano: sete sacerdotes capitulares, quatorze salesianos professores (dois padres, oito clérigos e quatro coadjutores), além de sete noviços coadjutores e quarenta e dois aspirantes à vida salesiana.

O diretor Pe. Marcigaglia, em 1922, segundo Isaú (1985), com o objetivo de assegurar a permanência dos professores externos na escola e de incentivar a vinda de novos, instituiu um sistema de remuneração que era composto por um salário base, proporcional à quantidade de aulas ministradas, e por gratificações proporcionais ao tempo de serviço do professor. Os mesmos critérios eram utilizados para os funcionários da casa. Nos primeiros dois anos, a gratificação era de 10% sobre o ordenado, aumentando 5% a cada dois anos até o máximo de 50%, independentemente do nível de ensino ou seção do estabelecimento em que o docente ou funcionário atuasse (internato, externato, secretaria...). Segundo o Pe Marcigaglia, vários foram os professores e funcionários que atingiram os 50 %, mostrando que se manteve um quadro de professores relativamente instável, o que foi comprovado por meio da análise do livro de registro de funcionários. A garantia de um salário mais atrativo, com boas gratificações, provavelmente contribuiu para que o Liceu tivesse um quadro mais estável, como aconteceu com os professores de Matemática Ferdinando Martino Filho (Figura 3) e Carlos Callioli (Figura 4). O primeiro foi contratado em julho de 1922, permanecendo no cargo até agosto de 1959; o segundo foi contratado em fevereiro de 1919 e permaneceu na instituição até 1941, conforme respectivos registros no livro de contrato dos professores.



Figura 3 - Ferdinando – Fonte: Arquivo Histórico ISSP, [194?]



Figura 4 – Carlos Callioli – Fonte: Arquivo Histórico ISSP, [194?]

No documento intitulado *Breve Resenha das principais resoluções, avisos e conselhos pedagógicos extraídos das actas das reuniões do Corpo Externo do Lyceu Salesiano S. Coração de Jesus de São Paulo nos anos de 1916 a 1921 para uso dos Professores*, publicado pela gráfica das escolas profissionais salesianas, encontram-se alguns indícios de práticas de professores, relacionadas à conduta e manutenção da ordem e da disciplina.

Aos professores e “Assistentes” cabia a tarefa de conciliar a teoria do Sistema Preventivo¹¹ com a prática pedagógica, segundo uma postura firme e vigilante. Para que a prática pedagógica fosse bem sucedida, três dimensões são elencadas pelas atas: a disciplina da classe, o método do professor e o seu preparo. A disciplina era a principal. “Quando a disciplina de uma classe corre bem, quando nela há ordem, estas vantagens suprem outras qualidades, alias desejáveis, também aos mestres” (MOURÃO, 1921, p. 7). Algumas ações são sugeridas para que os mestres consigam impor disciplina: ficar na porta da sala de aula durante a entrada e saída dos alunos, em uma posição na qual seja possível observar aqueles que estão fora e os que estão dentro da sala; ao toque de finalização das aulas, após as orações, acompanhar a fila dos alunos, que devem se manter em silêncio e em ordem até a sala de estudos, onde serão recebidos pelo Assistente.

A chamada dos alunos era outro aspecto importante, sugerido pelas atas de reuniões, para manutenção da disciplina em sala de aula. Fazer a chamada dos alunos e atribuir-lhes “pontos de diligência”, esses pontos são

¹¹ O Sistema Preventivo de Dom Bosco tem como alicerce o tripé: razão, religião e *amorevolezza* e será a marca dos salesianos. Caracteriza-se como um sistema educativo abrangente e complexo, em cujo início na Itália se encontra a preocupação com a comunidade carcerária; posteriormente, expande-se para diferentes espaços escolares e não escolares.

aqueles que ainda hoje muitas vezes são usados para marcar a presença dos alunos em sala de aula - eles indicam que o aluno esteve presente. Naqueles tempos do Liceu Sagrado Coração, a presença só seria confirmada caso o aluno cumprisse de maneira considerada satisfatória todas as solicitações do professor. Nesse caso, eles permaneciam como pontos e eram denominados “pontos de diligência”. Caso contrário, se o aluno “desmerecê-lo por mau procedimento, nota insuficiente de lição ou tarefa, ou, ainda, por qualquer falta reputada grave pelo professor”, o ponto será transformado pelo professor em uma “cruz, que se tornará sinal de negligência”. O número de “pontos de diligência” seria computado ao final de cada mês, e aos alunos com um número maior seriam dados prêmios de vários tipos (MOURÃO, 1921, p.8). Essa prática disciplinar de reforço, em versões modificadas, foi utilizada em diferentes tipos de escolas brasileiras durante um longo período. Uma versão dela, utilizada até meados da década de 1980, era a de atribuir pontos positivos e negativos aos alunos.

Embora Dom Bosco rejeitasse o regime repressivo, entendido como o uso de castigos físicos, outros tipos de castigos, “graduados e proporcional à falta” (MOURÃO, 1921, p. 11), eram sugeridos e foram utilizados pelos salesianos. Um simples olhar, uma severa advertência verbal, punições como ficar sem ir ao cinema ou ao teatro, permanecer de pé num corredor virado para a parede, não sair para visitar os pais... eram alguns dos castigos atribuídos por mau comportamento. A expulsão do aluno da escola era o maior castigo. Esses castigos, para os salesianos, não oprimiam a dignidade dos alunos, nem os rebaixavam aos olhos dos demais. Por isso, diziam não permitir castigos que causassem esses sentimentos nos alunos e que era “anti-pedagógico apelidar, desdenhar ou ridicularizar publicamente o aluno que cometeu uma falta.” (MOURÃO, 1921 p. 12).

Muitos outros aspectos, apresentados nas atas, dizem respeito aos professores. Todos eram homens e deveriam ter uma conduta moral exemplar que se concretizava por meio de suas ações. Pontualidade e frequência eram condições imprescindíveis, presença de professor substituto somente em extrema necessidade. Exigia-se chegar cedo, com a aula devidamente planejada. A expressão “preparação próxima” era utilizada para o plano de

aula. Essa preparação deveria ser realizada por todos os professores, mesmo por aqueles mais experientes.

Ao ingressar na escola, deixar de imediato, chapéu, jornais e revistas com alguém responsável por guardá-los. Era proibida a entrada de revistas e de jornais nas salas de aula, caso se quisesse ler algum artigo que se julgasse interessante para a disciplina, era preferível cortá-lo ou transcrevê-lo no caderno do professor. Em um quadro ou lousa existente na secretaria, o professor registrava o material necessário para as aulas daquele dia. O secretário providenciava o material solicitado, que seria entregue na sala de aula ao professor. Esse procedimento era uma forma de evitar que alunos saíssem da sala para buscar qualquer material para o professor.

Era proibido fumar nos pátios e salas da escola, havendo permissão para isso somente na sala dos professores, nos horários indicados, sendo vedada a presença dos alunos nesses espaços. Era atribuição dos docentes acompanhar os alunos que entravam em filas nas salas de aula, sendo o professor o último a entrar, o que representava uma estratégia de controle. Fazer a chamada, marcando um pontinho diante do nome do aluno, era a primeira ação. Os alunos ficavam dispostos em lugares já previamente definidos no início do ano; isso vinha expresso em uma espécie de “mapa” da sala e deveria ser rigorosamente cumprido.

Ao ministrar a aula, que era essencialmente expositiva, devia-se evitar falar em voz alta. Evitar também chamar a atenção de alguém em voz alta ou deixar que rezasse em voz demasiado alta: “rezar gritando é falta de respeito à oração, desordem e indisciplina” (MOURÃO, 1921, p. 22). Além disso, o rumor do conjunto, sendo excessivo, dissipava a concentração, era um inconveniente e ainda incomodava as aulas vizinhas, o que era grave e nem sempre tolerável.

No caso de ser necessário o castigo, devia-se usar de prudência. O regulamento enfatizava que na graduação dos castigos está, quase sempre, o segredo da disciplina; geralmente as aulas mais disciplinadas eram as dos professores menos amigos dos castigos, ao passo que outros, distribuindo-os em profusão, não conseguiam ordem, nem silêncio; suas aulas eram turbulentas, seus alunos desatentos, suas lições trabalhosas e fatigantes. Dentre os castigos,

o mais grave era a expulsão momentânea da aula; quando um professor expulsava um aluno da classe, supunha-se que tivesse esgotado com ele toda a sua paciência, que tivesse lançado mão de todos os recursos de que dispunha para corrigir os faltosos, a não ser que a falta cometida tivesse sido de natureza brusca, escandalosa, provocando dessa forma uma reação imediata e extrema.

A cada dia era atribuída uma nota relativa ao comportamento, os “pontos de indulgência”, que independiam do rendimento e da aplicação nos conteúdos das matérias estudadas. O progresso dos conteúdos era avaliado por meio das notas mensais, resultantes da média das notas das provas e chamadas orais, que não deviam ser em número menor de cinco por mês numa turma de 40 alunos com três lições semanais. Nesse sentido, entendia-se que o aproveitamento da aula estivesse na razão direta do número de vezes em que os alunos fossem chamados à lição, por escrito ou oralmente.

Os alunos que ingressavam na escola prestavam os *exames de admissão* que, baseados no documento escolar que o candidato apresentava, determinariam a classe para onde ele devia ser encaminhado. Para corrigir os possíveis erros provenientes dessa classificação, os alunos passavam, na segunda quinzena de março, por novas avaliações. Iniciando pelo preliminar, passando pelo ginásio e pelo comercial, os alunos realizavam provas denominadas *exames de apuração*, que visavam perceber o conjunto do aluno, caráter, facilidade de compreensão e mesmo idade, e se pudesse, sem grande esforço, cursar a aula imediata, seria promovido. No curso preliminar, eram feitas provas de apuração de Português, Aritmética e Geografia. Já no secundário, as provas eram mais rigorosas, incluindo as provas orais. Cada professor entregava à secretaria uma lista com os alunos aptos à promoção.

Eram de responsabilidade dos professores exames semestrais que aconteciam no início de julho. Os exames finais, por sua vez, ocorriam em princípio de novembro e assumiam um caráter solene de extremo rigor e seriedade. Os alunos com média em conjunto de sete e meio, desde que não tivessem nenhuma média inferior a cinco em nenhuma matéria estariam dispensados dos exames finais, bem como os alunos que tivessem 1º, 2º e 3º lugares nas notas de desempenho na turma.

Os exames finais eram compostos, em todas as matérias, por duas

provas – oral e escrita – e deveriam seguir os procedimentos pré-estabelecidos. As perguntas eram feitas pelo examinador em voz alta e clara e da mesma forma respondidas pelo aluno. Cada banca era composta por três professores, sendo um deles professor da classe. O exame iniciava-se por meio de uma chamada pública e os alunos não poderiam mais se ausentar da sala. Eram chamados para realizar a prova em ordem alfabética. Os professores eram orientados a agir com calma, clareza e paciência. A arguição de cada aluno era de 10 minutos em média e para as Matemáticas poderia atingir 15 minutos.

A análise do livro de registro dos professores do Liceu Coração de Jesus permitiu identificar a existência de professores estrangeiros – italianos (provenientes de Roma, Alexandria, Atri, Bergamo, Consenza), um professor vindo da Síria, quatro de Portugal (Coimbra, Conselho de Macedo Carvalho, Chaves), além de brasileiros nascidos em diferentes estados como Goiás e Rio Grande do Sul, embora a maioria fosse do estado de São Paulo. Esse registro oficial dos professores, no entanto, foi feito somente a partir de 1943, em cumprimento a uma exigência legal, o Decreto Lei Federal de 22 de fevereiro de 1940. Essa exigência não se referia apenas aos professores contratados a partir da publicação da Lei, mas a todos os professores em exercício na escola. Desses, todos os professores contratados anteriormente a essa data tiveram seu registro efetuado. No caso do professor que faleceu antes de 1940, aparece uma observação referente ao seu falecimento. Tivemos acesso apenas ao livro de registro de número 3. Os anteriores foram extraviados.

Do período final das orientações presentes nas atas da Congregação do Liceu Coração de Jesus, identifica-se a presença de treze professores que ensinavam Matemáticas ou matérias a elas diretamente associadas nos cursos ginásial e comercial, além de cinco professores do curso primário que trabalhavam com as Matemáticas¹². Dentre esses, Calioli é o que aparece mais vezes mencionado nos anuários, tendo participação em várias bancas de

¹² **Curso Primário:** Narciso Minson, Luiz Grellef, João Ballestrieri, Mario Azevedo Segurado, Annibal David Gonçalves. **Secundário Ginásial e Comercial:** Aritmética, Ferdinando Martino Filho, Joaquim Machado, José Martins Cunha, Carlos Callioli, Aristides Faruoli, Rená Hugenyeyer, Geometria: Ubaldo Epiphaneu Pereira, Agnaldo Godoy Ramos, **Geometria e Trigonometria:** Ubaldo Epiphaneu Pereira, **Álgebra:** Carlos Callioli, Ubaldo Epiphaneu Pereira, Agnaldo Godoy Ramos e **Desenho:** Roque De Chiaro.

avaliações nos *exames preparatórios* do Liceu. Caliulli também teve uma projeção no cenário nacional, particularmente por meio da publicação, em co-autoria com Nicolau D’ Ambrosio, de uma coleção de “três volumes de *Matemática* para o curso propedêutico. Esses volumes integram a Coleção de Livros Didáticos publicada pela Companhia Editora Nacional, denominada *Coleção Dom Bosco*, dirigida aos cursos propedêuticos e às escolas de comércio.” (MIORIM, 2006, p.19).

Nicolau D’ Ambrosio (1905 – 1977), pai de Ubiratan D’ Ambrosio, foi aluno no Liceu Coração de Jesus, no qual realizou parte do curso preliminar e o curso ginásial, obtendo o título de Bacharel em Ciências e Letras, conforme já mencionado. Como aluno, foi premiado com medalhas por bom comportamento e, de acordo com os boletins consultados, teve maior dificuldade em História. Retornaria ao Liceu como professor de Matemática.

O Padre Mário Quilicci, ex-aluno (1932 a 1940) e ex-diretor (1964-1965) do Liceu, que teve contato com Nicolau D’ Ambrosio, embora não tenha sido seu aluno, observa que “O professor Nicolau D’ Ambrosio [...] era um professor exigente, paciente em ministrar essa matéria e competente. Ao deixar as aulas, foi substituído pelo seu filho Ubiratan D’ Ambrosio” (QUILICCI, 2007, não paginado).

Nicolau formou-se em Direito, em 1932, mas não exerceu a profissão, optando por ser professor e autor de livros didáticos de Matemática voltados para o Curso de Comércio. Lecionou no Liceu do início ao final de sua carreira, com apenas um período curto de interrupção, em 1939, por ocasião de uma mudança para a cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, interior de São Paulo. Essa interrupção foi, provavelmente, responsável pela incorreção dos dados existentes em seu documento de contratação no Liceu.

Oficinas, livros didáticos, Matemática: a consolidação de uma gráfica editora

Nos primeiros anos do Liceu, ainda no período da monarquia brasileira, deveria circular um número reduzido de livros didáticos e de literatura trazidos na bagagem dos Padres. Segundo os depoimentos dos Pe. Ferreira e Pe.

Isaú, os alunos naqueles primeiros tempos estudavam em livros que vinham da Itália, escritos em italiano ou francês, o que exigia o conhecimento das duas línguas. Isaú (1993) apresenta uma listagem dos livros que teriam sido utilizados nos primeiros 30 anos nas oficinas profissionalizantes do Liceu. Nessa listagem, encontram-se livros italianos, franceses, alemães, portugueses e espanhóis. Alguns desses livros tratam de temas geométricos, em sua maior parte aplicados a alguma atividade profissional: desenho industrial e mecânico, perspectiva prática, decoração geométrica, etc.

Nas escolas profissionais salesianas do final do século XIX, principalmente no Liceu Coração de Jesus, funcionavam tipografias responsáveis pela impressão de livros de vários formatos, bem como de revistas, dentre as quais: Revista Médica, Revista Pharmaceutica e Revista Santa Cruz. As oficinas profissionais do Liceu Coração de Jesus foram responsáveis pela impressão e divulgação de inúmeros livros, incluindo didáticos de Matemática.

Como ocorria com muitas gráficas editoras no mesmo período, não era uma prática no Liceu manter registros ou cópias de exemplares de livros produzidos em suas oficinas. Na ausência desses documentos e na tentativa de localizarmos obras didáticas de Matemática que teriam sido utilizadas no Liceu e/ou produzidas em suas oficinas, realizamos buscas nas bibliotecas do Liceu, do Centro de Documentação de Barbacena e da Inspetoria Salesiana de São Paulo. Além disso, os exemplares da Revista Santa Cruz trouxeram uma luz para essa busca, graças à prática das revistas em divulgar produtos fabricados e comercializados pelas oficinas profissionalizantes, entre eles os livros didáticos. Tais propagandas traziam títulos de obras, alguns comentários e, muitas vezes, valores dos exemplares.

Provavelmente um dos livros utilizados pelos alunos do Liceu, o mais antigo por nós localizado, foi o “Compêndio de Arithmética Elementar”, de 1895, cuja menção localiza-se em um recorte que está colado ao livro de crônicas do Liceu nº. 3. Nesse recorte é apresentado o prefácio, ou “Prefacção da Obra”, assinado pelo autor que se identifica apenas como D. M., e comentários de jornais da época, para os quais, como era prática na época, as oficinas tipográficas do Liceu Coração de Jesus enviaram exemplares para

avaliação e divulgação. No prefácio, o autor esclarece que se trata de uma obra elementar de aritmética, destinada às escolas primárias, que se limita “aos cálculos mais necessários e de maior importância prática”, evitando ao máximo “questões e problemas mais abstratos” que outro efeito não pode causar “senão desanimar os meninos, fazendo-lhes perder a afeição e gosto pela ciência dos números”. O autor esclarece ainda que “a diversidade dos tipos empregados, indicará os trechos que deverão ser decorados”. Tal decisão nos aponta para a utilização de uma estratégia gráfica como auxiliar à memorização. O autor, que se intitula apenas pelas iniciais D.M., provavelmente era Domenico Molfino, o já citado Oniflom, professor de Desenho e de Aritmética dos cursos profissionalizantes dos primeiros tempos do Liceu. A data de publicação do livro, bem como as iniciais usadas, são fortes indícios de que o Padre Molfino tenha sido o autor de um dos primeiros livros didáticos de Matemática produzidos em terras brasileiras pelos salesianos de Dom Bosco.

Outras obras didáticas de Matemática foram publicadas e divulgadas pela gráfica salesiana. Em 1911, a Revista Santa Cruz, ano 11, nº. 10 dedica um espaço privilegiado para a divulgação de livros de autoria de Arthur Thiré e André Perez Marin, produzidos pelas Gráficas das Escolas Profissionalizantes (salesiana). Artur Thiré era professor de Matemática do internato do Colégio Pedro II, tendo sido responsável pela elaboração dos programas durante o período de 1912 a 1918. Segundo Valente (2003, p. 20), “estava atento às discussões internacionais sobre o ensino da Matemática”, embora suas idéias inovadoras nem sempre tenham sido aceitas pela congregação do colégio.

Em 1920, é lançada a Coleção P.S.S. - *Pia Sociedade Salesiana* - de Livros Escolares da Livraria Salesiana Editora. A prática de não divulgar a autoria era comum entre as congregações católicas daquele período. As coleções F.I.C e FTD, que tiveram uma grande penetração no ensino brasileiro, tanto em suas versões originais francesas como nas coleções adaptadas ao público escolar brasileiro, seguiam, na maior parte das vezes, essa prática. Uma estratégia de valorização da Congregação, o coletivo, em detrimento da individualidade, do reconhecimento particular. A produção de um membro da Ordem religiosa é produção de todos. Na Coleção P.S.S, essa prática foi

sendo abandonada gradativamente nos anos posteriores.

Durante as décadas de 1920 e 1930, a Coleção P.S.S de Matemática parece ter tido uma boa entrada no mercado editorial de livros didáticos. Em 1921, era publicada a 2ª edição do “Tratado de Aritmetica Theorico-Pratica”, para uso do 1º e 2º anos do curso ginasial e de preparatórios, “de conformidade com o Programa do Colégio D. Pedro II”. Em 1936, o “Compêndio de Arithmetica”, para uso em aulas preliminares, estava em sua 6ª edição, com 21 milheiros já publicados.

A análise de tais livros didáticos possibilitou adentrar o universo do ensino de Matemática, a partir da ótica dos autores dos livros, em sua totalidade professores dessa disciplina, e identificar concepções de matemática e ensino que tais professores autores assumiam. Identificou-se, no discurso dos livros, a predominância de um ensino essencialmente instrumental e procedimental, pautado em regras e definições não formais, muitas delas intuitivas e aplicadas a situações numéricas, fundamentado nas ideias de repetição e memorização. Uma aparente dicotomia entre a busca por um ensino de Matemática útil, instrumental, próximo da vida, no campo das intenções, em oposição a uma concepção de ensino pautado em fundamentos de uma Matemática lógica, estruturalista e construída em bases axiomáticas. Percebe-se um esforço por separar aritmética, álgebra e geometria, embora os capítulos sejam intercalados.

Além dos livros da Coleção P.S.S, no nº. 11, ano 25, da Revista Santa Cruz, de 1925, são apresentados outros livros, nos quais a autoria é sempre identificada. Alguns autores são destacados. Abaixo do nome do autor são elencados os livros produzidos. As obras de Matemática de André Perez y Marin aparecem logo após as da Coleção P.S.S. Apenas para esse autor é identificada a matéria – Mathematica – abordada em suas obras: “Tratado de Arithmetica Theorico-Pratica”; “Elementos de Álgebra”; “Lições de Álgebra”; “Soluções Arithmeticas”; “Soluções Algébricas”; “Lições de Arithmética para uso das classes adiantadas”, 1ª parte e “Lições de Arithmetica”, 2ª parte. Somente outro livro de Matemática é mencionado, o livro de Cândido Gomide: “Lições de Álgebra”.

Com relação aos livros de Matemática publicados pela Livraria

Salesiana Editora, uma ausência chamou a atenção. Não localizamos nenhuma menção a livros de geometria e de trigonometria. O predomínio de aritmética e álgebra é evidente. Talvez essa ausência esteja ligada à ênfase, ainda na década de 1920, ao ensino primordialmente prático nas escolas salesianas. A geometria, provavelmente, ainda estava vinculada ao curso de Desenho e aos cursos profissionalizantes. Para os cursos secundários, por outro lado, os salesianos provavelmente utilizavam livros de outras editoras, em particular os da Coleção F.I.C de autoria da Congregação Lassalista, encontrados em quantidade considerável na biblioteca do Liceu e mencionados pelo Pe. Mário Quillici, responsável pelo Arquivo da Inspeção Salesiana de São Paulo, em entrevista.

Considerações finais

Por fim, organização, controle rígido do tempo e do espaço escolar, asseio, oração, pátio, estudo e trabalho são palavras que auxiliam a caracterizar o Liceu Coração de Jesus ao longo de seus primeiros 44 anos de existência. O ensino das Matemáticas e de outras disciplinas, embora ocupe um tempo específico no período escolar, e essas disciplinas sejam ministradas por diferentes professores, é entendido como um elemento dentro de um conjunto maior que visa a formação “de bons cristãos e honestos cidadãos” (máxima de Dom Bosco). Ou seja, todo e qualquer ensinamento quer teórico ou prático, tem como fim último a aproximação com Deus e com a Igreja Católica. Nesse sentido, as práticas que integrariam o estilo salesiano de educar, embora não necessariamente apareçam no currículo oculto de cada disciplina, permeiam as ações e modos de fazer da escola como um todo. Diante disso, a ciência matemática é tida como um conjunto de conhecimentos construídos sob os alicerces da lógica aristotélica, e pode servir à Igreja, na medida em que possa favorecer a compreensão dos princípios cristãos essenciais pela razão. Além disso, poderá servir de ferramenta, de instrumento para o aprendizado do trabalho que dignifica o homem e o aproxima de Deus.

O Liceu Coração de Jesus, de certa forma, atendeu à missão que lhe foi atribuída por ocasião da chegada dos salesianos ao Brasil. O trabalho

assistencialista e de evangelização expandiu-se, e a Ordem religiosa atendeu as expectativas tanto do governo local como da Igreja Católica Romana. O colégio tornou-se uma referência, e chegou a acolher cerca de 2000 alunos em 1929, acompanhando o crescimento do bairro e da cidade de São Paulo; todavia, os anos posteriores alternarão momentos de declínio e de apogeu.

Encerramos este artigo com uma citação de Certeau que acompanhou todos os passos da investigação que realizamos.

Esta é a história. Um jogo da vida e da morte prossegue no calmo desdobramento de um relato, ressurgência e denegação da origem, desvelamento de um passado morto e resultado de uma prática presente. (CERTEAU, 2002, p.57).

Referências

AZZI, R. **Salesianos no Brasil: os primórdios da obra salesiana (1875- 1884)**. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1983.

BOSCO, S. J. **Regulamento para as cazas da Congregação de S. Francisco de Sales**. Rio de Janeiro: Typographia Salesiana do Collegio de Artes e Offícios (Santa Rosa), 1888.

CERTEAU, M. **A Escrita da História**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**. 1. Artes de fazer. Tradutor Ephraim Ferreira Alves. 12 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2000.

ISAÚ, M. **O ensino profissionalizante nos estabelecimentos de educação dos salesianos**. 1976, 243p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1976.

ISAÚ, M. **Liceu Coração de Jesus: cem anos de atividades de uma escola numa cidade dinâmica e em transformação**. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1985.

ISAÚ, M. **Brasile: Le scuole professionali salesiani nel loro primi trent'anni**. **Ricerche Storiche Salesiane**, a XII (22): 165-189, gennaio-giugno, 1993.

LICEU CORAÇÃO DE JESUS. **Anuário de 1915**. São Paulo: Inspeção Salesiana de São Paulo, 1915.

LICEU CORAÇÃO DE JESUS. **Anuário de 1917**. São Paulo: Inspeção Salesiana de São Paulo, 1917.

LICEU CORAÇÃO DE JESUS. **Anuário de 1921**. São Paulo: Inspeção Salesiana de São Paulo, 1921.

LICEU CORAÇÃO DE JESUS. **Anuário de 1925**. São Paulo: Inspeção Salesiana de São Paulo, 1925.

MIGUEL, A.; MIORIM, M. A. História da Matemática: uma prática social de investigação em construção. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 36. p. 186-188, 2002.

MIORIM, M. A. A Biblioteca Pedagógica Brasileira da Companhia Editora Nacional e o ensino de Matemática: livros, autores e estratégias editoriais. **Horizontes**, v.24, n.1, p.9-21, jan./jun. 2006.

MOURÃO, H. **Breve resenha das principais resoluções, avisos e conselhos pedagógicos extrahidos das actas das reuniões do Corpo Docente Externo do Lyceu Salesiano S. Coração de Jesus de S. Paulo nos annos de 1916 a 1921, para uso dos professores**. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Salesiano do Sagrado Coração de Jesus, 1921.

NUNES, C. O “velho” e o “bom” ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**. n. 14, ANPED: Editora Autores Associados, jun./jul./ ago. 2000.

QUILICCI, M. **Questionário Padre Mario Quilicci** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <arquivo@salesianos.com.br> em 11 jan. 2007.

VALENTE, V. R. (Org.). **Euclides Roxo e a modernização do ensino de Matemática no Brasil**. São Paulo: SBEM, 2003.